

Amazonino emprestou US\$ 484 mil a construtora

É a segunda ligação do governador com empreiteiras, mas secretário de Comunicação afirma que empréstimo é legal

Mônica Gugliano

• BRASÍLIA. O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, declarou à Justiça Eleitoral em 1992 que emprestou US\$ 484 mil à construtora Exata. A Exata é uma das empresas que mais prestam serviços ao Governo do estado e à Prefeitura de Manaus. De 1993 a 1996, assinou contratos com a Prefeitura de R\$ 45.472.270, o equivalente a 12% das obras.

Esta é a segunda ligação do governador, suspeito de ter participado da compra de votos para a reeleição, com empreiteiras. A primeira foi denunciada por Fer-

nando Bonfim, que afirmou ser testa-de-ferro de Amazonino na construtora Econcel.

A oposição vem divulgando denúncias de envolvimento de Amazonino com empreiteiras que controlam os contratos com a Prefeitura e o Governo. A Econcel teria três sócios, André Lemos Auad, Alexandre Auad Neto e Júlio Mussa Cury. Mas, de acordo com Bonfim, o verdadeiro dono é Amazonino, que entrega o negócio a testas-de-ferro.

A mesma suspeita sempre existiu em relação à Exata. A empreiteira, em 1991, tinha entre os sócios Otávio Raman Neves. O go-

vernador mora numa mansão de Raman, que, segundo ele, é alugada por R\$ 7 mil. Mas a oposição tem afirmado que a Exata pertence a Amazonino e Raman seria apenas mais um testa-de-ferro.

O último endereço da empresa é o mesmo da construtora Capa, também registrada em nome de Raman. A Capa também é uma das empreiteiras que mais têm faturado com contratos públicos.

Apesar dos indícios, Amazonino tem negado veementemente qualquer ligação com empreiteiras. Ele anunciou que está disposto a contratar uma empresa de auditoria independente para in-

vestigar se alguma empreiteira é favorecida pelo seu governo.

Ontem, ao saber que integrantes de partidos de oposição tinham divulgado a declaração de bens do governador, seu secretário de Comunicação, Ronaldo Tiradentes, reagiu com irritação.

— Antes de ser governador, Amazonino era empreiteiro e tem amigos no setor. Um desses amigos precisava do dinheiro, ele emprestou e recebeu de volta seis meses depois. Qual é o problema de emprestar dinheiro a um amigo? — disse.

De acordo com Tiradentes, não há ilícito no empréstimo. O go-

vernador, disse ele, não cometeu crime fiscal, porque incluiu o empréstimo em sua declaração de Imposto de Renda de 1991, nem crime eleitoral, porque a transação aparece na declaração feita ao TRE.

— Ele tinha capital e emprestava dinheiro para quem queria. Se depois essas empresas tinham contrato com o Governo ou a Prefeitura isso não é problema do governador — disse Tiradentes.

Na quinta-feira, o governador cancelou o depoimento que prestaria à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que está investigando a compra de votos pa-

ra a reeleição. A decisão de Amazonino irritou o relator do processo, Nelson Ochoa (PSDB-CE), agravando a crise entre os tucanos e os pefelistas. O líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE), chegou a ameaçar que apoiaria a instalação da CPI da reeleição. Mas voltou atrás, depois da intervenção do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O governador vai depor na segunda-feira. A intenção de Amazonino seria de amenizar a repercussão do depoimento, porque na segunda-feira o Congresso está sempre vazio. ■